



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10830.002779/2004-11
Recurso nº 146.619 De Ofício e Voluntário
Resolução nº **1401-000.111 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Data 17/01/2012
Assunto Sobrestamento de processo
Recorrente Domar Empreendimentos Imobiliários e Agropecuários Ltda.
Recorrida Fazenda Nacional

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, **sobrestar** o julgamento do presente processo, nos termos do § 2º do art. 2º da Portaria CARF nº 001, de 03 de janeiro de 2012, visto que no presente recurso se discute questão idêntica àquela que está sendo apreciada pelo STF no RE 601.314-RG/SP (sob a sistemática do art. 543-B do CPC).

Encaminhe-se o p.p. à Secretaria da 4ª Câmara, nos termos do §3º. do art. 2º e art. 3º da Portaria CARF nº 001, de 03 de janeiro de 2012.

(assinado digitalmente)

Jorge Celso Freire da Silva - Presidente.

(assinado digitalmente)

Fernando Luiz Gomes de Mattos - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Jorge Celso Freire da Silva, Antonio Bezerra Neto, Fernando Luiz Gomes de Mattos, Alexandre Antonio Alkmin Teixeira, Mauricio Pereira Faro e Karem Jureidini Dias.

Relatório

Trata o processo de lançamentos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica — IRPJ, PIS, CSLL e Cofins, no valor total de R\$ 8.097.605,34, já incluídos multa de ofício e juros de mora, estes calculados até 30/04/2004.

Conforme Termo de Verificação Fiscal (fls. 004 e seguintes), verifica-se que, **já na primeira intimação** expedida pelas autoridades fiscais (em 11/12/03, fls. 91), foi solicitado à contribuinte que apresentasse “documentação hábil e idônea, coincidente em datas e valores, comprobatória dos depósitos realizados” em três agências bancárias específicas.

Voto

Com base no que foi exposto, conclui-se que o Fisco provavelmente obteve os extratos bancários diretamente junto às instituições financeiras. Por outro lado, não consta dos autos qualquer referência a autorização judicial para obtenção das retrocitadas informações.

A constitucionalidade do art. 6º da Lei Complementar nº 10.174/2001, que autoriza o fornecimento de informações financeiras ao Fisco sem autorização judicial, encontra-se sob a análise do Supremo Tribunal Federal, no RE 601.314-RG/SP (sob a sistemática do art. 543-B do CPC).

Considerando o disposto no § 1º do art. 62-A do Anexo II do RICARF (incluído pela Portaria MF nº 69/09 c/c art. 2º da Portaria CARF nº 001/2012, proponho o **sobrestamento** do julgamento do presente recurso voluntário, até o trânsito em julgado da decisão a ser proferida pelo STF no aludido RE 601.314-RG/SP.

Encaminhe-se o p.p. à Secretaria da 4ª Câmara, para que sejam observados os procedimentos previstos no § 3º do art. 2º e art. 3º da Portaria CARF nº 001/2012.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Fernando Luiz Gomes de Mattos - Relator.